

Entre mosteiros, catedrais e palácios: Usos da Bíblia na Idade Média

⊕ Maria de Lurdes Correia Fernandes

Professora Catedrática aposentada, investigadora do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto

Enquanto Texto Sagrado e Texto dos Textos, a Bíblia impôs-se na Idade Média europeia como livro de referência - como *sacra pagina* ou *lectio divina* - para tudo: para a compreensão do mundo, da natureza humana, da história dos povos, da divindade e da salvação. A sacralidade deste texto não implicou sempre nem de modo igual a totalidade dos seus livros, porque os seus usos foram (e não podiam deixar de ser) quase sempre parcelares e com finalidades diversas.

No mundo monástico, a Bíblia (total ou parcial) e os Comentários que de vários dos seus textos foram sendo elaborados pelos Padres da Igreja e por outros exegetas ocupavam um lugar central e de particular relevo no seu quotidiano, como bem o mostra o conjunto de manuscritos que existiam no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a grande maioria dos séculos XII e XIII. Aí se liam, alguns se copiavam e se iluminavam. Sobre vários dos seus textos/livros se meditava quotidianamente. *Lectio divina* e *meditatio* são verso e reverso da mesma atividade monástica: a leitura da Bíblia e meditação/reflexão sobre cada palavra, sobre cada texto, sobre cada ideia, imagem ou sentido que nele se inclui, para o apreender e aprender de cor, ou seja, «de coração», para o fixar na memória, para criar associações motivadas pelas próprias palavras. Palavras pronunciadas com os lábios, mesmo em silêncio, já que este se impunha na vida monacal. Palavras escritas para suprir as que se não diziam, exceto nos momentos da leitura em voz alta, na missa ou no refeitório, ou em leitura pública nos sermões. Não por acaso, nos mosteiros era especialmente apreciado o *Cântico dos Cânticos*, pelos seus sentidos místicos, assim como outros textos do Antigo e do Novo Testamento necessários à vivência espiritual individual e à prática litúrgica coletiva.

Como é sabido, vários dos seus textos serviam como nas catedrais, igrejas e capelas reais ou nobres - de suporte ao ofício divino. Os livros deste Livro eram selecionados em função do seu uso litúrgico, fosse por via da oração segundo a cadência ritualizada das horas canónicas - e vários exemplares nos chegaram de luxuosos *Livros de Horas*, de que são exemplo o da rainha D. Leonor e o do rei D. Duarte, ou os dos Mosteiros de Santa Cruz ou de Alcobaça -, fosse pelas leituras ou cânticos da missa, em que sobressaíam, ontem como hoje, os salmos e outros textos do Antigo Testamento, as epístolas e os evangelhos do Novo Testamento, e esperava-se, o seu comentário nas homilias.

Na Idade Média a Bíblia, pela sua sacralidade, pelo primor da escrita, pela beleza das suas cópias iluminadas, pela raridade ou exceção destas - a que acrescia o valor económico delas resultante -, era igualmente um livro para inspirar, contemplar ou admirar. A beleza, a simbologia, a riqueza ornamental de muitos manuscritos - como os de Santa Cruz de Coimbra em exposição e outros, como a extraordinária *Bíblia dos Jerónimos*, ricamente iluminada, mas de período já tardio - não resultam diretamente do ofício de «copista(s)» ou do «otium» monástico, apesar de dele beneficiarem, mas sim da contemplação desse Livro e da consequente expressão artística da espiritualidade e da afetividade que ele suscitava naqueles que o liam ou ouviam ler. Monges, antes de mais, dedicados por ofício à exaltação de Deus, à busca da salvação eterna, ao amor divino e à sua expressão. Dessa dedicação fazia parte, nos que tinham dotes de escrita e especial conhecimento da simbologia das cores, das pedras preciosas e dos metais, a cópia e iluminura do texto sagrado. E o consequente uso litúrgico.

Era a *Bíblia* um texto destinado também ao uso dos clérigos, seja nas escolas catedráticas, seja nas universidades, seja nos seus usos pastorais de acordo com o calendário litúrgico. Aos clérigos em geral chegava sobretudo através do missal, dos lecionários e evangeliários, dos sermões que os comentavam. Em latim, língua da Igreja. Mas ainda que o texto usado fosse em latim, nos finais da Idade Média muitos dos clérigos com responsabilidades pastorais já não compreendiam suficiente ou adequadamente essa língua. Os sínodos foram dando conta desse facto e vários textos doutrinários e sermonários refletem a preocupação cada vez mais acentuada das autoridades eclesásticas, tanto com a ignorância do latim por parte de muitos clérigos, como também dos leigos. Precisamente por esse facto, nos finais da Idade Média foram aparecendo traduções em vernáculo de vários dos textos bíblicos, em especial dos *Salmos*, das *Epístolas* e dos *Evangelhos* - usados no ofício divino -, para permitir o acesso mais alargado à mensagem destes textos, à sua compreensão, à sua meditação. O aparecimento da imprensa veio facilitar a sua mais vasta disseminação, incluindo, e dando continuidade à tradição da iluminura nos textos manuscritos, xilografuras alusivas a diversas passagens desses textos.

Se também as Escolas e Universidades tiveram um papel muito importante no processo de cópia manuscrita da *Bíblia* ou de vários dos seus textos e, sobretudo, dos seus comentários - para ensino, para interpretação escolar, para *disputatio* -, já no mundo dos leigos (se excluirmos a realeza) a posse da *Bíblia* era escassa e o seu uso era fundamentalmente indireto. Embora se saiba hoje muito pouco dos usos laicais da *Bíblia*, a raridade dos manuscritos, os tempos e os custos associados à cópia e, sobretudo, à iluminura, permitem-nos supor que poucos seriam os leigos que possuíam ou, mesmo, acediam à leitura direta dos textos bíblicos (exceto os reproduzidos no missal ou em breviários). E esses poucos eram, por norma, da realeza ou da alta nobreza. Em Portugal, sabemos que D. Duarte possuía, em latim, uma *Bíblia* e um breviário e, em vernáculo, um «Livro dos Evangelhos», os «Actos dos Apóstolos» e uma *Bíblia* (sem indicação da língua); por sua vez, D. João II terá mandado traduzir a *Vita Christi* de

Ludolfo de Saxónia, cuja impressão D. Leonor patrocinou (1495) - curiosamente, uma tradução e impressão feita vários anos antes da encomenda da tradução castelhana pelos Reis Católicos ao Cardeal Cisneros e sua impressão em Alcalá de Henares pelo famoso impressor Estanislao Polono. E mais tarde D. Manuel encomendou a célebre *Bíblia dos Jerónimos*, com o comentário de Nicolau de Lira, cujos belíssimos sete volumes estão hoje guardados na Torre do Tombo.

Entre os leigos, a *Bíblia* - melhor, alguns dos seus livros, em especial os *Salmos*, as *Epístolas* e os *Evangelhos* - podia ser contemplada e lida, em latim, mas era sobretudo ouvida: na missa, nas homilias e nos sermões, na oração das horas. A sua compreensão era mais problemática para os que não tinham os conhecimentos teológicos para alcançar mais do que o seu sentido literal ou histórico. E este, ainda que tenha sido privilegiado por Santo Agostinho, não era o único nem o mais valorizado sentido dos textos: a ele se juntavam os sentidos alegórico (que explorava sentidos ocultos, como a simbologia dos números e a própria relação entre o Antigo e o Novo Testamento), tropológico (voltado para a compreensão dos ensinamentos morais) e anagógico (que explora o sentido espiritual), numa complexidade exegética e de modos de ler para que só alguns detinham o saber necessário. Cabia aos pregadores ou curas mais cultos, servindo-se dos comentários dos Padres da Igreja, explicar esses sentidos, para evitar interpretações não canónicas, quando não mesmo heréticas.

Para obviar a essa dificuldade, desde cedo, além dos comentários autónomos dos Padres da Igreja, em especial de S. Jerónimo (tradutor da *Vulgata*), Santo Ambrósio e Santo Agostinho e, mais tarde, S. Bernardo (especialmente nos *Sermões*), ou S. Boaventura no século XIII, foram sendo fixadas ao longo do tempo as breves explicações de palavras entre as linhas do texto (ou *Glossa Interlinear*), e as compilações de interpretações colocadas em paralelo ou nas margens do texto Bíblico (ou *Glossa Ordinaria*), que facilitavam a compreensão e explicação das passagens bíblicas.

A exegese monástica sempre incorporou, inseparavelmente, os sentidos literal e místico,

por conter a Bíblia a «ciência da salvação». Os comentadores escolásticos, sobretudo depois dos séculos XII-XIII, embora retomando também a tradição patrística, focaram-se mais na *Quaestio*, na *Disputatio*, nas *Distinctiones*, porque nas escolas a oralidade contrastava com o silêncio dos mosteiros, aí se valorizava a palavra dita, se discutia e se disputava, antes de mais, sobre os sentidos do texto bíblico e a sua utilidade para fixar o conteúdo da doutrina cristã.

A pesar das diferenças de abordagem e de usos ao longo da Idade Média, todas estas correntes e modos de leitura – monástica, clerical, laica, escolar ou universitária – fizeram da *Bíblia* (ou dos livros da *Bíblia*) uma fonte recorrente de inspiração, de reflexão, de interpretação, de discussão ou de formação, usando-a como texto de referência, de permanente uso, e como guia da vida espiritual com que os seus leitores ou ouvintes alimentavam a esperança da salvação.

BIBLIOGRAFIA

- A *Bíblia dos Jerónimos*. Estudos de Martim de Albuquerque e Arnaldo Pinto Cardoso, Lisboa: Bertrand, 2004
- Alves, Herculano, *A Bíblia em Portugal*. Vol. II: *A Bíblia na Idade Média*. Lisboa: Esfera do Caos, 2017
- Jinty, Nelson & Kempf, Damien eds, *Reading the Bible in the Middle Ages*, London-New York: Bloomsbury Academic, 2017
- Riche, Pierre & Lobrichon, Guy, *Le Moyen Age et la Bible*, Paris, Beauchesne, 1984
- Smalley, Beryl, *The study of the Bible in the Middle Ages*, Indiana: Univ. of Notre Dame Press, 1978
- Sousa, Luís Correia, *Sacra pagina. Textos e imagens das Bíblias portáteis do século XIII pertencentes às coleções portuguesas*. Lisboa: Paullus Editora, 2015

